



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE MOITA BONITA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE N.º 04/2019

RATIFICO os termos da Justificativa da Comissão de Licitação, por estar à mesma, em conformidade com o art. 25, inciso II, da Lei n.º 8.666/93. Moita Bonita/SE, em ____ de _____ de 2019.

MARCOS ANTONIO COSTA
Prefeito Municipal

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE, instituída nos termos da 02/2018, de 02 de janeiro de 2019, vem justificar a inexigibilidade de licitação, com o objetivo de prestar os serviços advocatícios nos processos abaixo relacionados, podendo, para tanto, usar de todos os recursos legais, a exemplo de elaboração de peças, acompanhamento processual, realização de audiências e sustentações orais, tudo por meio de profissionais devidamente habilitados no quadro da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE SERGIPE: Processos em trâmite no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE); Processos em trâmite no Tribunal de Contas da União (TCU); Processos em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJ-SE) e no Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Processos em trâmite nos Tribunais Superiores, pela empresa PRADO, CASTELLI, VASCONCELOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, sociedade de advogados registrada na OAB/SE sob o n.º 589/2018, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 31.392.455/0001-23, conforme Inexigibilidade n.º 02/2019.

CONSIDERANDO, que o Tribunal de Contas da União elencou três requisitos legais para que se vislumbre a hipótese de Inexigibilidade de Licitação, como se verifica no voto condutor da Decisão n.º 613/96:

Para que se verifique a hipótese de Inexigibilidade de Licitação, conforme tese amplamente aceita tanto na melhor doutrina como na jurisprudência desta Corte, requer-se a presença de 3 (três) elementos, quais sejam, o serviço técnico profissional especializado, a notória especialização e a natureza singular.

CONSIDERANDO, que quando muitos são igualmente adequados, igualmente capazes de fazer o serviço, dessa igualdade, cuida a licitação, pois quando se sabe de antemão que há vários igualmente adequados, deve-se convocá-los a competir



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICIPIO DE MOITA BONITA**

para, mediante o certame, e não de imediato, inferir qual é o mais adequado, porém no que tange a notória especialização se tipifica só quando, de imediato e de antemão, já se infere qual é o mais adequado, ou seja, este é um só, por que é marcado de alguma singularidade em relação ao serviço, que o torna o mais adequado dentre os adequados a satisfazê-lo.

CONSIDERANDO, que a notória especialização pressupõe haver muitos adequados para dentre eles haver um só que é o mais adequado, a pluralidade de adequação é pressuposto necessário da notória especialização, embora não suficiente, é necessário, ademais, outro pressuposto: a superioridade de adequação, assegurada por uma singularidade existente na natureza do serviço, isto é, existente na relação de trabalho em que o serviço nasce entre o sujeito prestador e o objeto prestado.

CONSIDERANDO, que é inegável e evidente a superioridade de adequação dos serviços prestados pelo **PRADO, CASTELLI, VASCONCELOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS** aos municípios, satisfazendo plenamente o objeto do contrato, superioridade essa inferida imediatamente, e não por meio de certame, partindo da comparação direta entre o objeto da prestação do serviço e o conceito histórico-profissional que **PRADO, CASTELLI, VASCONCELOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS** apresenta superioridade que decorrente de desempenho anterior, estudos e outros requisitos relacionados com suas atividades no campo de sua especialidade.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Moita Bonita, pelo acatamento da notória especialização e, no mesmo diapasão se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a inexigência do prévio processo licitatório, *ex vi* do Art. 25, Inciso II com arrimo no Artigo Nº 13, inciso III e V da Lei 8.666/93. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de MOITA BONITA, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Moita Bonita/SE, 02 de janeiro de 2019.

JANE SANTANA REIS E MORAES
Presidente da C.P.L.

ÉRICA ANTONIA DA ROCHA
Secretário da C.P.L.

WATYSON LUIS MOTA SILVA
Membro da C.P.L.